



outro de que não fez reformas e não contribuiu para se resolver o problema.” E enquanto se entretêm nisto, pagos com o dinheiro dos contribuintes, não há soluções. O governo que faz as reformas e está em minoria porque pensa que fazer essas reformas cria um ambiente de confiança – que justifica até a expectativa de perder essa minoria – não está a acontecer. Estamos a ter uma corrida para

“Não é no meio de uma recessão que se vai crescer. Mas no meio de uma recessão podem fazer-se grandes reformas”

“O investimento público vai salvar-nos”
– isso foi o que disse Keynes, que era professor da minha tia”

o fundo, em vez de uma corrida para o topo. Essa é a questão verdadeira. E a verdade é que os investidores olham para isso. É muito importante que a informação seja credível. E a Grécia perdeu muito ao criar a ideia de que aldraba as contas.

Que gostaria de ver neste orçamento? Todos falam na necessidade de cortar a despesa pública corrente...

Não se corta a despesa, em parte, porque é mal avaliada. Eu nem devia dizer isto porque ainda agora apanhei uma ripada no orçamento deste instituto. E quando me queixo dizem-me: “Então homem, você devia ser o último a queixar-se, sabe perfeitamente.” E eu digo, como também dizia o meu pai: “Com o mal dos outros posso eu bem.” O que eu desejo é sobretudo uma maneira de apresentar diferente, uma compreensão de que este orçamento é de facto de todos. Gostava de um orçamento claro nos pressupostos, que assumo em que é que vai melhorar o crescimento, por exemplo.

Mas como se resolve então o problema do crescimento económico?

O problema português foi-se agravando na zona euro porque, além do nível

de despesa excessivo nos sectores público e privado, também houve uma discriminação notória contra os bens transaccionáveis [exportáveis]. Notória e recorrente – ano após ano foi onde aumentaram mais os custos por unidade produzida. Num trabalho recente para a OCDE, Daniel Cohen concentrou-se na produtividade industrial com este argumento: o produto industrial é o mais importante para o investimento e é também o mais transaccionável. Olhando para as fontes de competitividade industrial, Portugal tem a principal falha na má adequação entre o capital humano e o capital físico. Não é no capital físico, nem na localização física, nem nas pertenças institucionais – que é das mais favoráveis. Como mostra o livro publicado pelo Banco de Portugal, que citei acima, acerca da avaliação da despesa, o ajustamento dos salários reais, outro elemento importante para a competitividade, também diminuiu. Assim, afastámo-nos das boas práticas no que se refere quer ao nível excessivo da despesa, quer à composição da despesa em desfavor dos bens transaccionáveis. Enquanto não se mexer nisto não vamos conseguir.

Está pessimista?

Eu não estou pessimista quanto ao potencial de crescimento português, porque, ao longo das décadas não correu mal. Agora o facto de ter corrido mal a partir do momento em que deixámos de ter as tais aspirinas [desvalorização da moeda] isso é mais preocupante.

É nesse contexto do euro que estamos. Sim, e é por isso que digo que a diminuição dos custos de trabalho por unidade produzida e dos outros custos é tão importante como o investimento público.

O que equivale a baixar salários, como fez a Irlanda [sector público]. É possível fazê-lo em Portugal?

Há um grande economista português que insiste em dizer que é um homem de esquerda, como o Blanchard [Olivier, economista no MIT], e que na Academia das Ciências defendeu exactamente a tese do Blanchard como sendo dele: Silva Lopes. Durante muito tempo, quando eu dizia que os funcionários públicos eram privilegiados, muitos socialistas diziam: “Não é nada disso.” Mas é. Quer isso dizer que estou aqui a desejar o pior para mim e os meus irmãos investigadores [no Instituto de Investigação Científica Tropical]? Com certeza que não. Mas cá está: estas medidas não são tocadas porque são tabus. Há

muitas medidas que são consideradas más por preconceito ideológico. O principal agora é Portugal posicionar-se para a recuperação, e não estar na fuga em frente. Há países que têm essa capacidade: na Letónia diminuíram brutalmente os custos com funcionários públicos, na Irlanda também vimos medidas. Mas isto não se pode fazer de supetão, nem se pode fazer enquanto se diz que não há crise.

As pessoas andam a ouvir pedidos de sacrifícios há mais de uma década sem ver resultados. Não é muito difícil fazê-las aceitar?

Acho que está enganado. Não tem nada a ver com estar habituado [a pedidos de sacrifícios]. Pelo contrário, não se quis falar de crise. Agora a crise acabou por ser assumida. Mas a resposta é gastar. A ideia da adaptação e da resiliência é qualquer coisa que não está na nossa cultura económica. Isso é fatal. No início houve a ideia de que a liberdade política dispensava o rigor orçamental, que isso era uma coisa de Salazar. Tudo o que era rigor era fascismo. Muitos políticos portugueses, de todos os partidos, têm esta ideia de que alguém pagará. Dizer que não há recurso à desvalorização da moeda e depois aumentar os salários, ano após ano, não faz sentido. A partir do momento em que este assunto passa a ser compreendido, e que o sector público dá o exemplo, as coisas melhoram. Eu tenho uma confiança grande de que Portugal pode sair da recessão e é um país viável. Tem a ligação europeia e a parceria com países de língua portuguesa, como o Brasil: mas tem de fazer o trabalho de casa e ser avaliado. E isso não tem acontecido nos últimos dez anos.

Falou no Brasil, um dos membros dos BRIC [Brasil, Rússia, Índia e China] e...

Mas o BRIC passou. Agora o sabor da moda é o BASIC: Brasil, África do Sul, Índia e China. O BRIC morreu porque a Rússia entrou no G7 e não jogava o jogo – talvez achem esquisitos países onde não há neve e ainda pensem que são uma superpotência, com os EUA. O BASIC mete um país de África, que aliás representa o continente no G20. O BRIC foi criado em 2001, já tinha uma década. Agora uma coisa é certa: África, neste momento, representa 3% do PIB mundial e 14% da população. Portanto, África é o potencial do futuro, que explica que se tenha criado este grupo de países emergentes que já não exclui o continente africano.